



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

MARGARETH MARIA SILVA CHAVES MARTINS

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ÉTICA E DOS VALORES MORAIS
NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CAMPO DAS CIÊNCIAS
JURÍDICAS**

Brasília
2010

MARGARETH MARIA SILVA CHAVES MARTINS

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ÉTICA E DOS VALORES MORAIS
NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS
JURÍDICAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo

Orientador: Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Brasília
2010

MARGARETH MARIA SILVA CHAVES MARTINS

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ÉTICA E DOS VALORES MORAIS
NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CAMPO DAS CIÊNCIAS
JURÍDICAS**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu Direito
Administrativo*.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Ciaralho

Brasília, ____ de _____ de 2009.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Cledson, com quem divido a minha vida, há mais de 20 anos, devo o incentivo inicial e decisivo para que eu ingressasse na Pós-Graduação e o enorme esforço para que eu tivesse as condições necessárias para a conclusão desta.

Ao meus pais, Tarcísio, (**in memorian**) e Judite, pelo orgulho de tê-los como construtores de valores e significados que me fizeram chegar até aqui, e por incentivarem meu trajeto pela vida e por estarem comigo em todos os momentos.

Ao Arthur, meu filho, que sofreu minha ausência enquanto me dedicava a este trabalho, pelo apoio nos momentos necessários, pela alegria de compartilhar este momento e pelo sentido que dar a minha vida.

A Luana, a filha que Deus mandou para que eu pudesse sentir, ainda mais, a plenitude do prazer da maternidade.

A Regina que, cuidando da minha família e deixando minha casa em ordem proporcionou-me a tranquilidade necessária para estudar e concluir esta monografia.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus por ter me abençoado com a sabedoria e proporcionado muita determinação, persistência e coragem para seguir firme e enfrentar as dificuldades durante a caminhada.

AGRADECIMENTO

A retomada da vida acadêmica, após um período dedicado ao trabalho e a família marcou o início de uma segunda fase em minha jornada. Neste processo de “recomeçar” muitos foram os fatos preponderantes como o estímulo, a confiança e a amizade de algumas pessoas, as quais quero registrar o meu agradecimento.

Em primeiro lugar, ao meu esposo Cledson, que estimulou, apoiou e acompanhou com carinho, minha trajetória desde os primeiros passos.

Aos meus pais, que, ao tomarem a decisão acertada de migrar para Brasília, estavam decidindo a minha própria vida, e pelo incentivo dado ao estudo desde os primeiros anos de minha idade escolar, apesar de todas as dificuldades.

Aos meus irmãos que compõem o mundo da minha casa e que, sem eles eu seria apenas metade do que sou.

Ao Dr. Gilson Ciarallo, meu orientador, cuja confiança, gentileza, respeito e competência funcionaram como um vagalume que me iluminou na escuridão das minhas confusões intelectuais, notadamente, em relação aos minuciosos detalhes contido nas “benditas” normas da ABNT.

Aos que contribuíram respondendo ao questionário, instrumento importante para o resultado deste trabalho.

Aos diversos professores que enriqueceram meus conhecimentos.

E aos demais, que, ajudaram de alguma forma na elaboração desta monografia.

E finalmente meus agradecimentos ao Superior Tribunal de Justiça, órgão que tenho muito orgulho de servir, pelo respeito que trata os seus servidores, e principalmente, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual não teria condições de concretizar esta pós-graduação.

**“O Juiz deverá exercitar diariamente sua consciência para se autoindagar se tem sido fator de remoção de entraves à felicidade das pessoas ou se tem colaborado para afligi-la ainda mais.”
(José Renato Nalini)**

RESUMO

A perspectiva de vários jovens de que o diploma universitário, vai proporcionar alguma ascensão social e vantagem no mercado de trabalho, aliada ao fato de que grande parte das instituições de ensino superior visam apenas o lucro financeiro, e considerando que esses dois fatores, têm influenciado, negativamente, produzindo equívocos de condutas de muitos profissionais, é que surgiu o tema desta monografia. Assim, o presente trabalho tem como finalidade demonstrar a importância do componente ético na formação do profissional das ciências jurídicas, que há muito vem perdendo a credibilidade frente à sociedade. Desta forma este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a importância de uma maior valorização da dimensão ética e moral na formação do profissional, com vistas a evitar o baixo envolvimento pessoal no trabalho, funcionando como um ponto de união entre um projeto pessoal e um projeto social, no sentido de pensar numa formação profissional fundamentada numa perspectiva do trabalho que tem a preocupação com o outro. Afinal, a característica essencial da profissão é o espírito de servir, de doação ao próximo, e de solidariedade. Para alcançar esse objetivo, além da pesquisa bibliográfica realizada através de textos e de artigos referentes ao tema, foi feita uma pesquisa junto aos alunos do curso de Direito de uma instituição de ensino superior situada no Distrito Federal. O instrumento utilizado foi, então, um questionário composto por questões abertas e questões fechadas, visando avaliar como vem sendo ministrado o ensino da ética no curso de Direito, bem como investigar seu aproveitamento e eficácia, com o fito de verificar se a referida faculdade está comprometida com a adequada preparação do profissional com postura ética compatível com os elevados ideais da profissão. Ressaltou-se, ainda, o papel da universidade no alcance desta finalidade, além de mencionar a Portaria nº 1.886/1994 do Ministério da Educação, como marco inicial para obrigatoriedade do estudo da ética nos cursos de graduação. Além disso, procurou-se traçar pontos importantes acerca do modelo de ensino jurídico introduzido pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito instituída pela Resolução nº 9 de 24/9/2004, do Conselho Nacional de Educação, na qual dá ênfase para uma formação mais humanística.

Palavras-chave: Profissionais. Ciências jurídicas. Formação Ética. Importância.

ABSTRACT

The expectation of many young people that a college degree will provide some social mobility and advantages in the labour market, allied with the fact that most of the institutions of higher education only aims financial gain and considering that these two factors have influenced negatively in the formation of youngsters' careers producing errors of conduct in many professionals, brought the topic of this monograph. Thus, this work aims to demonstrate the importance of the ethical component along the training of the professionals of legal sciences, which has long been losing credibility before society. First of all, this work aims to lead on a reflection about the importance of the ethical and moral component in the professional training in order to avoid low commitment with the work, working as a junction between a personal project and a social project in the sense of leading to a vocational training based on a perspective of work that is concerned with the other. After all, the essential characteristic of this profession is the spirit to serve, of donation to the others, of solidarity. To achieve this goal, in addition to a bibliographic search through texts and articles on the subject, a survey was made among students of law from an institution of higher education located in the Federal District. The instrument used for the survey was a questionnaire with open and closed questions to assess how is the teaching of ethics in the law school and to investigate the use and effectiveness of this subject with the aim of verifying whether that college is committed to the proper preparation of the professional and ethical stance compatible with the high ideals of the profession. It was also emphasized the role of the university in achieving this aim, besides mentioning the Ordinance No. 1.886/1994 of the Ministry of Education as a landmark for the compulsory study of ethics in undergraduate courses. In addition, it tried to draw important points about the model of legal education introduced by the curriculum guidelines for the study of law established by Resolution No. 9 of 09.24.2004, of the National Education Council, which gives emphasis to a more humanistic training.

Keywords: Professional. Legal sciences. Ethics Training. Importance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SOBRE O CONCEITO DE ÉTICA.....	12
1.1 Raízes do conceito de Ética e Moral. Origem etimológica	12
1.2 Relação da Ética com a Moral e o Direito	15
2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS CONTIDOS NO TEXTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	20
2.1 Princípio da moralidade.....	22
2.2 Falta de ética e a corrupção.....	24
2.3 Principais incentivos à corrupção	28
3 ENSINANDO ÉTICA	30
3.1 Importância do ensino da ética nos cursos de graduação.....	31
3.2 Educação de qualidade: mínimo ético.....	33
3.3 Breve histórico da formação moral na educação brasileira	37
3.4 Situação atual do ensino da Ética nos cursos de graduação	42
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	50

INTRODUÇÃO

A perspectiva de vários jovens de que o diploma universitário, vai proporcionar alguma ascensão social e vantagem no mercado de trabalho, aliada ao fato de que grande parte das instituições de ensino superior visam apenas o lucro financeiro, e considerando que esses dois fatores têm influenciado, negativamente, produzindo equívoco de condutas de muitos profissionais, é que surgiu o tema que se propõe discutir na presente monografia: A importância do ensino da ética e dos valores morais na formação dos profissionais das ciências jurídicas. Tema diretamente relacionado com a carga emocional e com os sentimentos humanos.

Assim, o presente trabalho tem como finalidade demonstrar a importância do componente ético na formação do profissional das ciências jurídicas, que há muito vem perdendo a credibilidade frente à sociedade. Daí a necessidade de uma maior valorização da dimensão ética e moral na formação do profissional, com vistas a evitar o baixo envolvimento pessoal no trabalho, funcionando como um ponto de união entre um projeto pessoal e um projeto social, no sentido de pensar numa formação profissional, fundamentada numa perspectiva do trabalho para si e para o outro. Afinal é característica essencial da profissão, o espírito de serviço, de doação ao próximo, e de solidariedade.

Em torno de tal objetivo, e para melhor compreensão, este trabalho foi então, estruturado em três capítulos: O primeiro apresentou o conceito de ética e moral, abordando raízes e origem etimológica dessas palavras, fazendo-se, ainda, uma relação entre ética, moral e direito. Cabe ressaltar, que não é objeto desta reflexão o estudo aprofundado de tais conceitos, servindo apenas de norte para a reflexão pretendida.

Em seguida, considerando que o Texto Constitucional é uma chave para a construção do comportamento humano social, direcionando a conduta dos cidadãos, e entendendo-se ser útil e pertinente ao presente trabalho, no segundo capítulo, foi destacado de uma forma breve, os princípios éticos inseridos na Constituição Federal, chamando atenção para uma ética administrativa, acentuando o princípio da moralidade administrativa previsto no **caput**, do seu artigo 37, no qual visa a atuação digna e honesta dos agentes públicos em atividades desempenhadas

pelo Estado, com vistas ao desenvolvimento de uma cultura de respeito ao patrimônio público e as necessidades sociais.

Depois dessas considerações, em razão do foco deste trabalho está voltado, exclusivamente, para a reflexão da formação do profissional, calcada numa perspectiva do trabalho que tem a preocupação com o outro, no terceiro capítulo, procurou-se traçar pontos importantes que justificam a inserção da ética no currículo acadêmico do curso de Direito, procurando mostrar a necessidade de uma formação ética, ainda nos bancos escolares, como disciplina específica que possibilite o trabalho e a construção de valores éticos essenciais nos estudantes, resultando, desta forma, em profissionais capazes de intervir na sociedade, tendo a indispensável consciência ética combinada com a responsabilidade social e profissional, pautada pela convicção no valor absoluto da pessoa humana. Ainda, neste capítulo, ressaltou-se o papel da universidade no alcance desta finalidade, além de mencionar a Portaria nº 1.886/1994 do Ministério da Educação, a qual foi utilizada como marco inicial para a obrigatoriedade do estudo da ética nos cursos de graduação. Além disso, procurou-se traçar pontos importantes sobre o modelo de ensino jurídico introduzido pela Diretrizes Curriculares do Curso de Direito, instituída pela Resolução nº 9 de 24/9/2004, do Conselho Nacional de Educação, na qual dá ênfase para uma formação mais humanística.

Para alcançar esse objetivo, além da pesquisa bibliográfica realizada através de textos e de artigos referentes ao tema, foi feita uma pesquisa junto aos alunos do curso de direito de uma instituição de ensino superior, situada em Taguatinga/DF, respeitando-se respectivo anonimato.

O instrumento utilizado foi, então, um questionário composto por questões abertas e questões fechadas, com o fito de avaliar como vem sendo ministrado o ensino da Ética no curso de Direito, bem como investigar o seu aproveitamento e eficácia, objetivando verificar se a referida instituição está comprometida com adequada preparação do profissional consciente com o seu papel na sociedade e com a responsabilidade de contribuir para a promoção da justiça e igualdade entre os homens.

Espera-se ter demonstrado com este estudo a importância do ensino da ética na formação do estudante do curso superior, e, em especial, do acadêmico do curso de Direito, lembrando que mais importante do que estudar ética é vivenciar

a postura ética no cotidiano de todos aqueles que vivem em sociedade, especialmente daqueles profissionais que lidam com o patrimônio público, como no caso do Distrito Federal, notadamente, de Brasília, onde se encontra um grande número de servidores públicos em que o nível de comprometimento com a coisa pública, de renúncia a interesses pessoais, de capacidade de doação nem sempre estão presentes.

1 SOBRE O CONCEITO DE ÉTICA

A palavra Ética representa algo que tem inúmeras significações. É um vocábulo que permite ser interpretado de acordo com a cultura ou região na qual é invocada. A preocupação com sua reflexão começou a partir de quando as pessoas passaram a viver em comunidade. Nesse contexto, discorrendo sobre a origem da ética, Neves¹ afirma que:

ética propriamente dita, se originou como um estudo sistemático sobre os conceitos relativos ao bem e ao mal, provavelmente, quando o ser humano começou a refletir como seria a melhor maneira de viver e conviver. Assim, iniciou-se após o desenvolvimento de comportamento de conduta certa e errada. Existe certa dificuldade em conceituar ética dentro de um sentido único, uma vez que há vários pensamentos sobre o tema. Ética não é sempre a mesma, sofre mutações de acordo com o tempo e o espaço, tornando-se, por isto, dinâmica e viva. É importante fundamentar os pensamentos em torno do conceito de moral, pois muitas vezes ética e moral estão tão juntos que os filósofos têm dificuldade de conceituá-los separadamente e a sociedade de um modo geral os une e os confunde.

Considerando que as pessoas são produtos da sociedade, se transformando de acordo com os preceitos e os valores impostos, não há valores em si, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos, a partir das relações que estabelecem entre si e com a realidade. Corroborando esse entendimento Cohen e Segue² expressa o seguinte conceito:

ética é o estudo do comportamento humano visando à sua valoração. Valorar, significa atribuir valores, estabelecer o que é bom e o que é mau. A Ética avaliando os comportamentos, distingue-se da Etiologia, que simplesmente os analisa. A busca do Bem e do Mal é preocupação do homem, desde que existe. Essa busca é pragmática, visando a permitir o convívio dos indivíduos dentro de uma família, de um clã, de uma sociedade.

1.1 Raízes do conceito de Ética e Moral. Origem etimológica

¹ NEVES, Nedy Cerqueira. **Ética para os futuros médicos: é possível ensinar?** Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2006, p. 13-21.

² COHEN, C. Segue, M. **Definição de valores, moral, eticidade e ética.** In Segre, M; Cohen, C. Bioética 2ª ed. Ampliada. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 13-22.

Foram muitos os filósofos que se referiam sobre a origem dos conceitos de ética e moral, contudo nenhum foi tão cristalino como Silva³ na seguinte observação:

É interessante analisar a origem do divórcio entre estes dois conceitos, Ética e Moral, que por nascimento são irmãos gêmeos. Etimologicamente ética e moral detêm o mesmo significado, no entanto a ética procura extrair dos fatos morais os princípios gerais a eles aplicáveis, o que corrobora para que a ética seja mais teórica que a moral, ou seja, mais direcionada a uma reflexão sobre os fundamentos do que a moral, que é o próprio objeto da ética. Ética vem do grego **ethos**, que significa costumes, considerada como a teoria da conduta humana em relação a si e aos demais seres; enquanto que Moral vem do latim **mores** e significa hábitos, a moral é um conjunto de regras próprias de uma cultura, isto é, um conjunto de princípios, valores e normas que regulam a conduta humana em suas relações sociais, existentes em determinado momento histórico.

Mas existe um fator importante: na Antiguidade jamais se concebeu um sistema de costumes separado de um sistema filosófico, ao contrário, toda filosofia tinha como meta a sua aplicação direta e nenhum pensador vangloriava-se em falar e atuar de forma diferente. Ética e Moral, ou antes, a teoria e a prática, eram dois atalhos de um mesmo caminho. Se houve um fator que talvez afetasse o desenvolvimento paralelo desses dois conceitos, esse fator seria o tempo e as interpretações nem sempre exatas que se forjaram através da história.⁴

Corroborando esse entendimento, Vázquez⁵ afirma que:

na antiguidade Clássica, Aristóteles tenta descobrir o que é bom, se propondo a solucionar um problema teórico, com intuito de influenciar o comportamento humano prático-moral. No entanto, definir o que é bom não soluciona os problemas práticos colocados ao indivíduo no cotidiano. Antes de saber o que deve ser feito, deve o indivíduo mensurar o que tem valor, isto é, o que é tido como valioso para ele. Após responder tal questionamento de foro íntimo é que poderá solucionar o problema prático-moral, visto que o dever ser está intrinsecamente ligado ao que é valioso, pois a ética está alicerçada em valores designados.

³ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense. 2004.

⁴ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasados na apostila desenvolvida pela Nova Acrópole no Curso de Filosofia à maneira Clássica ministrado para os servidores do Superior Tribunal de Justiça em 2005

⁵ VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 18-19.

O referido filósofo afirma: “decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é da competência da ética.”⁶

É bem verdade que a civilização grega é lembrada, precisamente, através dos seus grandes artistas e filósofos, fazendo com que com o intelectual seja uma marca distintiva dos antigos gregos. De outro lado, os romanos do Império são lembrados pela sua ação guerreira, sua força e sua vontade inquebrantável. Daí pode-se extrair: se ética vem do grego e moral do latim, esse detalhe foi suficiente para que fosse identificado cada termo com a sua correspondente civilização. Eis porque Ética é teórico, o elevado, relativo aos grandes livros, enquanto que Moral é relativo à prática e relativo ao homem de ação.

Além disso, não se pode esquecer de algo muito importante: tanto os gregos como os seus sucessores na história – os romanos – eram homens de profundas ideias e convicções religiosas. Tanto uns como os outros, seja por via da Razão ou da Ação, da Fé ou do acatamento das Leis da Natureza, buscavam unir-se compreender, encontrar os seus Deuses, esses Deuses que funcionavam como encorajador da elevação dos homens.

Daí conclui-se que, se a ideia destas civilizações foi que a virtude era o meio de chegar a seus Deuses, tanto os gregos quanto os romanos referiam-se à mesma coisa quando falavam de Ética e de Moral. Tratava-se de harmonizar o homem, de ajudá-lo para que nele brotasse as fontes de Justiça e de Bem.⁷

Nesse contexto, cada povo tem uma forma própria ou característica de pensar. Isto se deve a distintos aspectos naturais do desenvolvimento de sua cultura, sua história, suas crenças, a zona geográfica em que se encontre e a outros muitos fatores determinantes que os estudiosos têm enquadrado como referência comum de Fundamentos Teóricos da História.

Registre-se, ainda, o que diz o dicionário,⁸ ética significa o “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação de

⁶ Ibid, p. 18-19.

⁷ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasados na apostila desenvolvida pela Nova Acrópole no Curso de Filosofia à maneira Clássica ministrado para os servidores do Superior Tribunal de Justiça em 2005.

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua

ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.”

1.2 Relação da Ética com a Moral e o Direito

A distinção que se faz contemporaneamente entre ética e moral tem a intenção de salientar o caráter crítico da reflexão, que permite um distanciamento da ação, para analisá-la constantemente e reformulá-la, sempre que necessário. Fazendo uma relação da ética com a moral e o direito, Glock e Goldim,⁹ observou:

é importante saber diferenciar a Ética da Moral e do Direito. Essas áreas de conhecimento se distinguem, porém estão relacionadas, na medida em que tanto a Moral como Direito baseiam-se em regras que visam estabelecer uma certa previsibilidade para o comportamento humano. A Moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de contribuir para a estabilidade da ordem social entre os indivíduos e entre estes e o grupo em que vivem, entretanto, independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre as pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum. Direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, valendo apenas para aquela área geográfica onde uma determinada população vive, podendo, decorrer daí os conflitos entre a Moral e o Direito. A desobediência civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podendo ter perspectivas divergentes.

Nesta linha de pensamento, afirmam os referidos autores, que:

a Ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos – Moral e Direito – pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que caracteriza a Ética.

É cediço que no cotidiano, enfrenta-se problemas de ordem moral e ético. Por exemplo: deve-se cumprir a promessa que se faz a um amigo, mesmo sabendo que pode causar prejuízo? Deve-se sempre dizer a verdade ou existem

portuguesa. 3. Ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹ GLOCK, Rosana Soibelman, GOLDIN, José Roberto. **Ética profissional é compromisso social. Mundo Jovem** (PUCRS, Porto Alegre) 2003. Disponível em: www.ufrgs.br/bioética/eticprof.htm. Acesso em: 30 out. 2010

ocasiões em que pode-se mentir? Será que é correto tomar tal atitude? Deve-se ajudar um amigo em perigo, mesmo correndo risco de vida? Existe alguma ocasião em que seria correto atravessar um sinal de trânsito vermelho? Os soldados que matam numa guerra podem ser moralmente condenados por seus crimes ou estão apenas cumprindo ordens? Deve-se persistir numa relação que moralmente é valorada como boa, mas cujas consequências práticas são extremamente prejudiciais a outrem? Se cumpro ordens posso ser julgado do ponto de vista moral? Se meu amigo colabora com o inimigo, devo denunciá-lo?

Mas uma vez, é importante destacar a posição do filósofo Vásquez¹⁰ quando se refere à ética e moral:

ética é uma questão prática, uma vez que está relacionada diretamente com a realidade dos indivíduos contribuindo para o entendimento comum que assemelha ética à moral e confundindo uma com a outra. Um bom exemplo desta confusão conceitual está na expressão já consolidada no vocabulário das diversas profissões: os códigos de ética. Na verdade, são normas, regras procedimentos, que configuram como um código de moral. Ética tem origem no grego **ethos**, que significa modo de ser. A palavra moral vem do latim **mores**, ou seja, costume. A primeira é uma ciência sobre o comportamento moral dos homens em sociedade e está relacionada à Filosofia, isto é, pergunta-se sobre a fundamentação última das questões. Sua função é a mesma de qualquer teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. A segunda, um conjunto de normas, aceitas livres e conseqüentemente, que regulam o comportamento individual dos homens.

Da leitura acima, pode-se extrair que o campo da ética é diferente da moral: enquanto aquela não lhe cabe formular juízo valorativo, mas sim explicar as razões e proporcionar a reflexão. Esta pressupõe regras de ação e imperativos materializados em realidade históricas concretas. A moral antecede a própria ética, é normativa e se manifesta concretamente nas diferentes sociedades enquanto resposta às suas necessidades. Sua função consiste precisamente em regulamentar as relações entre os indivíduos e entre estes e comunidade, contribuindo para a estabilidade da ordem social.

Discorrendo sobre o tema, Baptista¹¹ sustenta:

¹⁰ SANCHEZ, Vásquez. **A Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 61-82.

a moral não é natural. Pelo contrário, resulta da ação do homem enquanto ser social, histórico e prático. Como fato histórico, a moral corresponde aos diversos estágios a evolução da humanidade. A ética acompanha este desenvolvimento sem se reduzir à moral. No entanto, ambas se confundem porque a ética parte de situações concretas, isto é, dos fatos e, consequentemente, da ética parte de situações concretas, isto é, dos fatos e, consequentemente, da existência da moral.

Assim, qualquer pessoa de razoável senso e mínima informação cultural inquirida sobre a conceituação entre moral e ética não saberá explicá-la, é certo, mas terá convicção de que se trata de conceitos diferentes, ainda que muito semelhantes.

Ainda sobre a relação de ética, moral e direito, Nalini ¹² destaca que:

de todas as formas de comportamento humano, a jurídica é a que guarda maior intimidade com a moral. É com base na profunda vinculação moral/direito que se pode estabelecer o relacionamento ética/direito. Pois ética não é senão a ciência do comportamento moral do homem em sociedade.

O pensamento descrito acima remete a algo mais vasto. Implica em dizer que ética e direito não podem andar separados. No entanto, os princípios éticos estabelecidos nem sempre são considerados como base de ação e justificação do efetivar o direito.

Nesse sentido, a ética pode ser vista em certos momentos como verdadeiro desafio ao direito, não apenas apresentando-lhe as dificuldades explícitas para a consecução da sua finalidade, como também fazendo referência àquelas implícitas ao sistema e a sua formação.

A título de ilustração e esclarecimento, ressalte-se as ideias de Gerard,

o que se tem certo é o fato de que as mazelas criadas pelas frequentes ofensas às normas éticas são causa de desconforto e insegurança quanto à nossa capacidade de criar, manter e cumprir normas que tenham sempre como resultado a justiça e o bem comum. Mas, ainda, é possível verificar que, sob a justificativa de “defender” tais normas, outras injustiças e agressões podem ser realizadas, inclusive com ênfase maior, o que é uma verdadeira ironia. Se nos aproximarmos mais atentamente do significado dessas

¹¹ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasadas no seguinte artigo: Ética na Atividade empresarial. Flavio Schubert Gutierrez Baptista, bacharel em Direito na Universidade São Francisco. Disponível em: [HTTP://jusvi.com/artigos/18056](http://jusvi.com/artigos/18056). Acesso em: 07 out. 2010.

¹² NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 2 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001, p. 78.

duas palavras – justiça e justificativa, percebemos que não têm na prática muito em comum, não obstante possuírem a mesma raiz (jus, júris), devido ao fato de que o uso que fazemos delas depende dos parâmetros e dos valores que a elas associamos. No entanto, justificar deveria sempre ser um ato que visasse à justiça. É bastante natural imaginarmos que ao direito subjaz uma gama considerável de regras nascidas diretamente de concepções éticas, as quais, desde o momento em que a própria vida em grupo se tornou possível, abrangeram e direcionam o agir consciente das responsabilidades e consequências dos atos que praticamos, tanto no dia a dia do lar e da convivência entre amigos, como também no que diz respeito ao desempenho profissional, ao exercício de cargos públicos, de profissões liberais ou ainda à vida religiosa, ou seja, a todas relações sociais e culturais a que estamos sujeitos. Por outro lado, é necessário destacar que tal agir consciente assume diversos graus de consequência, de menor ou maior alcance, quando consideramos a posição e a relação exercidas por esse agente e o conceito que a sociedade faz dele. Pode-se, assim, entender que atitudes contrárias à ética, nesse sentido, advindas de autoridades responsáveis pela própria manutenção e vigilância dos seus princípios são mais “graves” que os outros que não possuem tais compromissos institucionais. Ou seja, a responsabilidade institucional de atuar com esteio sempre nesses princípios deve ser a essência do comportamento dos operadores do direito. E está implícito que, para tanto, não é suficiente a aplicação puramente racional das normas legais, uma vez que isso não garante, em determinadas circunstâncias, alcançar a justiça, fim último da ética do direito. Poderia mesmo afirmar que uma decisão apenas baseada num princípio racional muitas vezes é perigosamente contrária à ética e, **ipso facto**, não realiza a justiça.¹³

Ressalte-se, que “não é exclusividade do direito que seus operadores devem atuar segundo o padrão ético. O que se deve salientar é que são consideradas geralmente mais inoportunas as violações desses operadores, devido a serem, de certa forma, seus guardiões ou mantenedores. Quando contrariam alguma regra ética, estes o fazem sempre em detrimento de outro princípio anterior, o qual nasce de sua própria condição de quem assumiu a incumbência de zelar institucionalmente por todas as outras regras.”¹⁴

E ainda, que “as dificuldades colocadas pela ética à necessidade de realização do direito na justiça finalmente se resumissem ao desafio de se ter nos homens, de forma simultânea, tanto a ação equilibrada como a visão profética de

¹³ GERARD, Marcelo. **Ética e direito: do racionalismo ao personalismo**. Especialista em Direito Eleitoral e em Redes de Computadores. Analista Judiciário do TER/SE e Chefe de Cartório Eleitoral em Aracaju/SE. Disponível em [HTTP://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12845](http://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12845). Acesso em: 23 out. 2010.

¹⁴ OAB, Ordem dos Advogados. Ensino Jurídico: parâmetros para elevação de qualidade e avaliações. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

sua tarefa. Por isso, o desenvolvimento dos aspectos pessoais, culturais e sociais relacionados ao direito, tem relevância para a concretização da justiça, pois neles que se firmam os princípios e as normas éticas que julgamos de valor elevado.”

2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS CONTIDOS NO TEXTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Na Constituição Federal de 1988 ¹⁵se encontram os princípios éticos que devem reger a sociedade brasileira. São diversos os trechos da Constituição que remetem a questões morais. Seu primeiro artigo, por exemplo, traz como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, entre outros. A ideia segundo a qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno, corresponde a um valor moral. Segundo esse valor, a pergunta de como agir perante os outros recebe uma resposta precisa: agir sempre de modo a respeitar a dignidade, sem humilhações ou discriminações. O pluralismo político também pressupõe um valor moral. Os homens têm direito de ter suas opiniões, de expressá-las, de organizar-se em torno delas. Não se deve, portanto, obrigá-los a silenciar ou a esconder seus pontos de vista, vale dizer, são livres.

No artigo 3º, lê-se que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; “erradicar a pobreza, marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não é difícil identificar valores morais em tais objetivos, que falam em justiça, igualdade, solidariedade. No artigo 5º, vê-se que é um princípio constitucional o repúdio ao racismo, que limita ações e discursos.

A partir dessa análise, dois pontos devem ser enfatizados.

O primeiro refere-se ao que se poderia chamar de núcleo moral de uma sociedade, ou seja, valores eleitos como necessários ao convívio entre os membros dessa sociedade.

Trata-se de um consenso mínimo, de um conjunto central de valores, indispensável à organização das sociedades; sem esse conjunto central, corre-se o

¹⁵ Constituição da República Federativa do Brasil. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994, - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

risco de se cair numa total relativização das regras e não ser possível a convivência democrática, a construção e fortalecimento do país.¹⁶

Muitos têm se questionado se vivem de fato em uma sociedade democrática. Os valores expressos na Constituição afirmam que sim. As práticas cotidianas concretas, recheadas de discriminações, preconceitos, violência, desconsiderações, parecem afirmar que não. É argumento corrente que essas contradições não consistem em problema apenas brasileiro, mas que se pode observar em quase todos os países. Porém, cabe a reflexão sobre a especificidade da sociedade brasileira.

É de extrema importância que os princípios gerais que regem este país já estejam formulados atualmente na direção da democracia, mas ao se observar as atitudes e relações que se desenvolvem nas diversas instâncias da sociedade, pode-se perceber o fosso que separa a legislação e o comportamento dos indivíduos, qualquer que seja sua classe social, sua categoria profissional ou sua localização geográfica.

Percebe-se uma mentalidade de “salve-se quem puder”, um esforço em “levar vantagem”, como sinônimo de “passar sobre os outros”, para conseguir seus objetivos. Zomba-se da lei, na medida em que esta parece perder sua essência quando é desprezada ou interpretada de maneira equivocada, favorecendo interesses escusos e colocada, paradoxalmente, a serviço dos privilégios e da discriminação. A atitude discutível daqueles que deveriam fazer valer os preceitos e zelar por sua concretização no contexto social revela, com frequência, o cinismo, a indiferença diante dos valores.

Em decorrência do cinismo e da indiferença diante da lei, instala-se um “relativismo moral”, entendido como “cada um é livre para eleger todos os valores que quer”. Tal atitude provoca uma desintegração nas relações de convivência, mais ainda, desemboca numa desesperança, sem uma visão utópica que acredita que a sociedade do futuro está no presente, perde-se o sentido da construção conjunta da democracia. A esperança transita num espaço em que se coloca aos homens o desafio de construir o possível, criando uma sociedade na qual a questão da

¹⁶ As ideias e conceitos nesta parte do trabalho foram embasadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – **Ética**. Disponível em: [HTTP://www.rc.UNESP.BR/pef/estante/PCN/EF_Temas _ Transversais/Ética.PDF](http://www.rc.unesp.br/pef/estante/PCN/EF_Temas_Transversais/Ética.PDF). Acesso em: 30 out. 2010

moralidade deve ser uma questão de todos e de cada um¹⁷. É este o desafio maior que se apresenta à sociedade, mais particularmente, à universidade, espaço maior de socialização e criação de conhecimento e valores. Trabalhar com universitários, de maneira responsável e comprometida, do ponto de vista ético, significa proporcionar as aprendizagens de conteúdos e desenvolvimento de capacidades para que possam intervir e transformar a comunidade de que fazem parte, fazendo valer o princípio de dignidade e criando espaços de possibilidade para a construção de projetos de felicidade.

2.1 Princípio da moralidade

Um dos princípios constitucionais é a busca da justiça social. Nesse sentido, Carvalho Filho afirma que o princípio da moralidade impõe que o Administrador Público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta.¹⁸

O princípio da moralidade está inscrito no artigo 37, caput, da Constituição Federal, que instituiu o Estado Democrático de Direito. É a moralidade administrativa, a essência do regime democrático, pois é a partir dela que “O Estado define o desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais prevalentes e voltada à realização de seus fins.”¹⁹

O princípio da moralidade no Brasil tem sido objeto de preocupação por parte do legislador, que a cada dia tenta delinear seu alcance, visando a dar-lhe a concretude que a sociedade deseja e espera, haja vista o significado bastante difuso

¹⁷ As ideias e conceitos nesta parte do trabalho foram embasadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – **Ética**. Disponível em: [HTTP://www.rc.UNESP.BR/pef/estante/PCN/EF_Temas _ Transversais/Ética.PDF](http://www.rc.unesp.br/pef/estante/PCN/EF_Temas_Transversais/Ética.PDF). Acesso em: 30 out. 2010.

¹⁸ CARVALHO, FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004

¹⁹ Em outra passagem de sua importante obra, Carmem Lúcia Antunes Rocha afirma: “Sendo o princípio fundamental da Democracia a liberdade, seria impossível compatibilizar-se o seu exercício com o ideal de justiça material, concreta e efetiva para todos, se não se incluíssem no sistema jurídico, no qual os direitos inerentes a ela são assegurados a todo indivíduo, as normas morais, cujo conteúdo fosse absorvido pelo sistema normativo e transformado, assim, em direito a ser respeitado. Não houvesse esta síntese, e a garantia da liberdade seria uma utopia. Apenas um homem, o que dispõe do poder, poderia dela valer-se segundo o direito da força, furtando-se de todos os outros a faculdade de usufruir dela segundo a força do Direito concebido e posto para a realização do ideal de justiça” (Princípios..., p. 192).

da expressão “moralidade administrativa”. Mediante o Decreto nº 1.171, de 22.6.1994, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, ficou assentado, dentre as regras deontológicas desse ato normativo, que “o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá de decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal” (Capítulo I, Seção I, n. II).

O parágrafo 4º, do artigo 37, da Constituição Federal, resalta que a improbidade administrativa se configura como ato lesivo ao patrimônio público e ofende ao Princípio da Moralidade:

Os atos de improbidade administrativa ²⁰ importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

O agente público tem o dever de probidade. A probidade administrativa está dentro do campo de incidência dos atos ditos morais, ou seja, éticos. Por isso, o Princípio da Moralidade visa extirpar os atos contrários à lei, ou seja, os atos catalogados como improbidade administrativa.

Uma conduta ética, ou seja, aquela recheada de virtude, exige do servidor público a observância de alguns pressupostos importantes: os princípios básicos da administração. Esses princípios que norteiam o Direito Administrativo Brasileiro compreendem um guia de conduta que deve ser observado, permanentemente e obrigatoriamente, por todos os servidores públicos. O futuro das organizações públicas depende, indiscutivelmente, e, principalmente, da postura dos seus servidores. Observar esses princípios é se permitir não praticar atos administrativos ilícitos de modo a violar o padrão ético dos órgãos públicos. É, indubitavelmente, o maior dever do servidor público.

Mesmo considerando a importância dos princípios básicos da Administração Pública, não se pretende abordá-los neste trabalho. A intenção foi de

²⁰ “Constitui-se ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade e lealdade” (art. 11, **caput**, da Lei nº 8.429, de 1992).

apenas discorrer um pouco sobre o princípio da moralidade administrativa, a fim de corroborar o desenvolvimento do tópico seguinte.

2.2 Falta de ética e a corrupção.

A discussão sobre a ética é ainda mais instigante quando refletida nas instituições públicas. As lesões praticadas no seio do serviço público, resultantes de uma atitude imoral e transgressora de regras e normas de conduta bem postas, comprometem o futuro das organizações públicas. A ética, no nosso país, está comprometida. Atos de corrupção contra a administração pública, a cada momento, são praticados, indiscriminadamente, por agentes públicos e por membros da sociedade civil, em prejuízo de todos.

A corrupção é um tema que está intimamente ligado à falta de ética. A corrupção, como se sabe, causa prejuízos financeiros a Fazenda Pública, de modo que está elencado como modalidade de improbidade administrativa. A corrupção é a porta de entrada para o enriquecimento ilícito de servidores públicos, causando redução da receita tributária para os cofres dos entes públicos. É muito mais do que uma prática criminosa, em alguns casos ela se mostra como uma rotina, enraizada nos princípios administrativos de governos, autarquias e mesmo administração de empresas. Isso faz com que a complexidade do combate à corrupção se estenda para muito além do imaginável. Não existem ações pontuais que podem ser apontadas como solução. Para muitos especialistas, a solução está apenas em um conjunto de transformações, que devem ser adaptadas à necessidade local.

Sobre a corrupção, no artigo denominado Do Estado Patrimonial ao Estado Pós-Burocrático: Considerações sobre a Defesa do Interesse Público, o sociólogo Ismael,²¹ sustenta que:

a questão é mais profunda no que diz respeito ao Brasil. O país vive um momento de crise institucional. Chegou a hora de o país avançar com suas instituições para algo que permita, efetivamente, combater a corrupção de maneira eficiente e fazer esse trabalho nas duas

²¹ ISMAEL, Ricardo. Professor do departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). **Do Estado Patrimonial ao Estado Pós-Burocrático: Considerações sobre a Defesa do Interesse Público**. Disponível em [HTTP://www.universia.com.BR/matéria.jsp?id=7367](http://www.universia.com.BR/matéria.jsp?id=7367). Acesso em: 30 out. 2010.

pontas, reagindo a denúncias investigando-as e também prevenindo novos casos a partir do controle de gestão.

O referido autor, ressalta que instituições que deveriam agir para coibir a corrupção ainda não estão funcionando corretamente, devendo os Tribunais de Contas, da União e dos Estados, serem fortalecidos a fim de que possam identificar problemas de corrupção nas estatais. Acrescenta, ainda, que nos países mais avançados, há um modelo de gestão de ética pública, que procuram estabelecer, dentro da Administração pública, um órgão que coordene esta questão de ética pública.

A reflexão em torno da corrupção apresenta-se como um tema que desperta atenção da sociedade, sobretudo pelo crescimento nos países em desenvolvimento, conforme observa Stukart,²² na seguinte constatação:

Na década de 1980, o Brasil ficou nos últimos cinco lugares nas avaliações éticas internacionais, ao lado da Nigéria. No ano de 1997, o Brasil estava em 36ª lugar e em 2000 desceu para 49º lugar, de acordo com o índice de percepção da corrupção. As organizações públicas se preocupam cada mais com a ética. E o suborno é uma prática ilícita que prolifera, cada vez mais, no seio do setor público. Através de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Exame, com seiscentas firmas o resultado mostra que: Hoje no Brasil 49,7% acham que o suborno é um hábito nacional.

Todavia, para configurar corrupção, não precisa, necessariamente, existir ganhos financeiros, pois segundo afirma o referido autor a violação de padrões éticos é corrupção. De maneira que a simples aquisição de um gabarito de avaliação, por amizade, pode não gerar ganho financeiro para as partes, mas é também corrupção.

Reafirmando esse entendimento, ressalta o referido autor que:

Quem se corrompe vende sua ética e passa a ser tão desacreditado quanto o corruptor. De modo que a corrupção é um ato ilícito bilateral que envolve corruptor e corrompido.[...] A corrupção não se manifesta, apenas, quando envolve vantagem financeira das partes envolvidas, não tem só este lado da moeda, pequenas atitudes são tidas como antiéticas e corruptas, sem envolver na negociação ganhos financeiros bilaterais.

²² STUKART, Herbet Lowe. **Ética e Corrupção: Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial**. São Paulo: Nobel, 2003, p. 93.

Chamando a atenção para o prejuízo causado aos cofres públicos, em decorrência da corrupção Ramalho,²³ relata que:

segundo um estudo realizado pela ONG (Organização não-governamental) Transparency Internacional em 2004, atualmente a corrupção movimenta US\$ 1 trilhão por ano em todo o mundo. O valor equivale a metade de todo o dinheiro movimentado pelo crime no planeta anualmente. No Brasil, o cenário não é dos melhores. No ranking do Índice de Percepções de Corrupção criado pela ONG o país ocupa uma desonrosa 59ª posição. Para se ter uma ideia, apenas um dos escândalos recentes, a da chamada ‘Máfia dos Vampiros’, deu um prejuízo de mais de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos, segundo dados do Ministério da Saúde.

Sobre as diferentes facetas da corrupção, Abramo²⁴ afirma que ela se manifesta dentro do Estado nas suas relações, principalmente, na esfera administrativa, envolvendo não apenas governos, mas também empresas privadas. Por isso, a dificuldade de encontrar solução para erradicar a corrupção que assola o país.

O referido autor sustenta a necessidade de mudanças nas estruturas administrativas e nas leis para o combate à corrupção, pois não há um modelo único de combate. Reafirmando esse entendimento, ressalta ainda, que:

O combate a essa modalidade de crime tem sido marcado por discurso demagógico, focando em promessas não fundamentadas. Desde que o Presidente Fernando Collor de Mello foi afastado do Palácio do Planalto sob denúncias de corrupção, pouco se fez, principalmente, para prevenir desvios nas esferas federal, estadual e municipal. Em geral, as poucas medidas efetivas tomadas contra esse tipo de crime se restringem a ações reativas, quando o crime já ocorreu – por consequência, quando o prejuízo já é quase irreversível.

E sobre as formas de prevenção da corrupção, Navarro,²⁵ destaca que:

durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi criada a Comissão de Ética Pública, sem, no entanto, demonstrar resultados efetivos na prevenção a esses crimes, ressaltando que o Brasil adota várias políticas de prevenção à corrupção atualmente. A

²³ RAMALHO, Renato Marques. **Corrupção, Instituições e Desenvolvimento. A corrupção tem impacto sobre o desempenho econômico?** Disponível em: [HTTP.www.e.esp.fgv.br/_upload/publicação/403.pdf](http://www.e.esp.fgv.br/_upload/publicação/403.pdf). Acesso em: 30 out 2010.

²⁴ ABRAMO, Cláudio Werner. Presidente da ONG Transparência Brasil. IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília, em junho de 2006. www.cgu.gov.br/ivforumglobal/pt_br/htm/temas6.htm. Acesso em 30 out. 2010

²⁵ NAVARRO, Luiz Augusto. Corregedor da CGU (controladoria Geral da União) na área econômica. IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília, em junho de 2006. Disponível em: www.cgu.gov.br/ivforumglobal/pt_br/htm/temas3.htm. Acesso em 30 out. 2010

promoção de códigos de ética e a criação da legislação sobre conflitos de interesses são exemplos. Essas medidas pretendem prevenir o crime pelo aumento da eficiência governamental. Quanto mais o Estado for eficiente, menos corrupção. [...] O Brasil por ser um país gigantesco, os problemas se multiplicam pela falta de um combate centralizado, pois há muito mais do que um governo federal para ser fiscalizado. São 27 estados e mais de 5.600 municípios, estando a controladoria dentro de sua capacidade, fazendo as fiscalizações municipais.

Analisando também sobre o combate à corrupção, Ismael²⁶ afirma que para iniciar um programa de combate à corrupção capaz de trazer resultados efetivos, necessário se faz, uma mudança de cultura, do comportamento das pessoas, das instituições, e sobretudo, vontade política, pois é cristalino que a estrutura do Estado, isto é dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário também é responsável pelos desvios de conduta, por isso é importante também a fiscalização da sociedade, controlando uns aos outros.

É relevante abordar a importância da ética na educação, bem como as consequências da inserção desse tema na educação, com vistas à prevenção da corrupção. Nesse sentido, Abramo²⁷ sustenta que:

o discurso demagógico que, é, infelizmente, extremamente comum, e não apenas entre políticos, é baseado na perspectiva moralista em relação à corrupção. Como se ela fosse uma falha dos indivíduos. Por isso que se fala tanto de educação. Quando, na verdade, a corrupção acontece porque há oportunidades para ela acontecer. É preciso reduzir as oportunidades. Traçar um mapa de riscos em cada instituição e definir medidas preventivas necessárias para reduzir os riscos detectados.

Comungando da mesma linha de entendimento Machado²⁸ ressalta que:

²⁶ ISMAEL, Ricardo. Professor do departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). **Do Estado Patrimonial ao Estado Pós-Burocrático: Considerações sobre a Defesa do Interesse Público**. Disponível em [HTTP://www.universia.com.BR/materia.jsp?id=7367](http://www.universia.com.BR/materia.jsp?id=7367). Acesso em: 30 out. 2010

²⁷ ABRAMO, Cláudio Werner. Presidente da ONG Transparência Brasil. IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília, em junho de 2006. www.cgu.gov.br/ivforumglobal/pt_br/htm/temas6.htm. Acesso em 30 out. 2010.

²⁸ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram trabalhados nos seguintes artigos: MACHADO, Nilson, J. Educação: **Seis Propostas para o Próximo milênio**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatorios/educação. Acesso em: 6 out. 2010. RENATO Marques. **Corrupção e combate**. Disponível em: www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=7369. Acesso em: 6 out. 2010 e OTAVIO de O Amaral. **Endemia nacional: corrupção generalizada**. advogado militante e coordenador pedagógico

para prevenir e combater a corrupção é necessária vontade política, com leis rigorosas e penalidade mais duras. Enfatiza que em países, com um nível maior de educação, cultura e escolaridade a corrupção é menor. Assim, deve-se investir pesado na educação, porquanto é no ambiente escolar, que a tolerância se desenvolve através do crescimento individual, do respeito pelo outro, do reconhecimento da diversidade humana tomando-se consciência da igualdade no que tange à dignidade da pessoa humana sendo esta “a maior lição a ser ensinada nas faculdades, por todos os séculos, por todos os milênios.

2.3 Principais incentivos à corrupção

Ramalho,²⁹ exprime com suficiente clareza as causas determinantes que incentivam à corrupção. Segundo o referido autor, o incentivo à práticas corruptas partem do próprio Estado na medida em que o poder discricionário é posto nas mãos de funcionários do Governo sem a devida fiscalização de suas atividades. Além disso, ele afirma que os baixos salários pagos aos funcionários tendem a levá-los a buscar formas alternativas de incrementar sua renda, pois muitas vezes, seja no setor público (cartórios, juntas comerciais, policiais, etc.) ou privado (instaladores de telefones, TV à cabo, autoescolas, etc.) o tipo de serviço permite que o funcionário imponha valores para facilitar determinados procedimentos, favorecendo à corrupção.

Para o referido autor, outra forma de favorecer a corrupção é o processo de licitação pública, uma vez que, desde a preparação dos editais de licitação os possíveis proponentes já apresentam acordos para aqueles que determinam os pré-requisitos das empresas, bem e/ou serviços licitados que beneficiarão sempre aquele que oferecer o maior pagamento de propinas.

Como causa também de incentivo à corrupção, Oliveira,³⁰ afirma que a passagem de hábitos de classe mais altas para classes mais baixas pode levar pessoais humildes a praticar fraudes. Nesse contexto, esclarece o referido autor, que “o contágio hierárquico ocorre quando pessoas de altas esferas sócio-políticas

da Faculdade de Direito, da UCB (Universidade de Brasília). Disponível em: www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=7367. Acesso em: 6 out 2010.

²⁹ RAMALHO, Renato Marques. **Os impactos econômicos da Corrupção**. Disponível em: [HTTP://hdl.handle.net/10438/2047](http://hdl.handle.net/10438/2047). Acesso em: 20 out 2010.

³⁰ OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. **Poder e ética na sociedade brasileira**. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 1995.

praticam atos que violam o sentimento de justiça da comunidade, mesmo que tais atos não sejam tipificados como delitos. Estes comportamentos atuam como fatores criminógenos, estimulando ações delituosas de pessoas de estrato inferiores, convencidas de que a impunidade pode ser a regra.”

Reafirmando essa linha de entendimento, Silva ³¹ sustenta que:

há portanto, uma relação de causalidade entre desigualdade e corrupção, onde a primeira legitima e “causa” a segunda. Um dos grandes obstáculos a conscientização da população sobre a tolice do “rouba mais faz” está exatamente numa aceitação tácita, até inconsciente de que alguns têm mais direitos que outros. O prêmio pela alegada “boa administração, pela capacidade “empreendedora” pode até mesmo se confundir com a apropriação da coisa pública. A naturalização deste fenômeno como algo corriqueiro depende, em boa medida, de como o cimento da sociedade ajuda a assentar as estruturas que reafirmam a desigualdade. Na medida que o doutor pode mais. Ele pode tudo. [...] O combate à corrupção, em particular, e a construção de uma sociedade mais justa, dependem de uma luta longa e persuasiva pela afirmação do princípio básico da igualdade implícito à cidadania.

Nesse contexto, percebe-se que os dois autores reforçam o ponto já discutido de que tanto a desigualdade de direitos, como a social leva parte dos indivíduos a se espelharem nos exemplos daqueles que estão imunes às leis.

³¹ SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da . **A corrupção, a desigualdade e os "doutores"**. São Paulo: Valor Econômico, 24 de Julho de 2001. Disponível em: www.race.nunca.ie.ufrj.br/journal/silva4do. Acesso em 30 out 2010

3 ENSINANDO ÉTICA

É cediço que o ser humano nasce sem qualquer noção de moral e as adquire durante a vida, com os ensinamentos da família, nas experiências vividas na comunidade e na postura na sociedade que está inserido. Assim, cada ser humano pode através de suas experiências e em plena consciência estabelecer juízos éticos e a partir daí propor suas ações.

Segundo Morin ³² “ética não pode ser ensinada por meio de lições de moral, deve ser formada nas mentes com base na consciência de que o ser humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie.”

Defende que a ética está relacionada ao indivíduo e do indivíduo pela sociedade, convocando todos à cidadania terrestre. Nesse entendimento o autor se refere ao cuidado com a parte pelo todo, assim como o compromisso do coletivo com o individual.

Outrossim, o referido autor, defende que no contexto educacional o aluno é que cria seus valores e os cria a partir de suas experiências pessoais. Assim, a esfera educacional seria responsável para, através de textos, teorias, eventos e dramas concretos da vida do profissional propiciar debates e discussões que possam repensar e reavaliar os valores esperados por um profissional da área jurídica.

Nesse contexto, sustenta que a disciplina ética, não deve ficar restrita ao aprendizado do Código de Ética da profissão que se refere às sanções, porque estes apenas imprimem regras e criam penalidades. Enfatiza que a ética está acima de forças coercitivas, portanto, deve ser discutida e refletida.

É bem verdade que o ensino de hoje está deixando um pouco de lado a construção moral e a educação ética, atribuí-se prioridades a outros assuntos como o vestibular, a mensalidade escolar, mas esquece-se que a formação moral do indivíduo é a mais importante, é o que permeará toda sua trajetória de vida. Aí reside o papel fundamental de qualquer instituição de ensino.

³² MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 6. Ed. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2002.

Segundo Paulo Freire ensinar é uma atividade política e ética exige grande responsabilidade docente, pois os alunos miram-se em seus mestres e anseiam por saberes. Ressalta ele que:

gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, e nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e “aqueles que se acham em formação para exercê-la. [...]. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restritiva, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro... Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força do trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou. A sabendo que foi dito B, falseou a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe.³³

Extraí-se do entendimento acima que os professores influenciam seus alunos de muitas maneiras, principalmente, através de seus exemplos, de forma que a ética nunca é neutra. O que acarreta maior reflexão sobre a própria ética dos professores de acordo com a posição que ocupa na sociedade. Devendo existir um forte empenho de ensinar a capacidade de analisar, refletir e argumentar, fornecendo aos estudantes oportunidades de adquirirem competência para examinar o mundo e sua prática profissional, e não apenas ensinar o que está nos Códigos.

3.1 Importância do ensino da ética nos cursos de graduação

Justificando a importância do ensino da ética nos cursos de graduação, merece ser prestigiado as observações de Pasold e Moser,³⁴ no sentido de que:

³³ FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 15, 2006

³⁴ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasadas nos seguintes artigos: PASOLD, Heinrich; MOSER, Giancarlo. **A formação ética: Independência e liberdade do advogado**. Disponível em: [HTTP://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5169](http://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5169). Acesso em: 23 out 2010 e MENDES, Ana Stela Vieira e MORAES, Germana de Oliveira. **Da Crise do Ensino Jurídico à Crisálida da ética transdisciplinar: A metamorfose em direito do amor e da solidariedade**

a busca do sucesso, muitas vezes condicionada à realização financeira a qualquer custo tem produzido equívocos de condutas. Estas por sua vez têm influenciado negativamente, tanto na formação como no desempenho profissional que passou a ter uma imagem desacreditada junto à sociedade. Por isso, apesar de persistir o entendimento de que ética não se ensina nas escolas, que comportamento ético não se adquire nos bancos escolares e que os alunos já trazem determinados conceitos éticos de suas famílias, a preocupação com a formação ética e moral, principalmente a de ordem profissional, não deve ser negligenciada pela esfera educacional e nem pode servir de escape e deixar que a formação acadêmica seja ignorada.[...] A necessidade de uma reflexão sobre a formação do profissional, que dentro da sociedade tem a obrigação de ser bem sucedido para ser reconhecido, e por conta disso, muitas vezes esquecem e desvirtuam valores tradicionais. Ressalta que esta pode ser a principal causa da tendência mundial da inclusão da disciplina Ética nos currículos de graduação como matéria obrigatória para a formação dos profissionais. Por isso, é preciso buscar através do ensino da Ética a conscientização dos estudantes, sendo oportuno a reflexão sobre determinadas atitudes e comportamentos, para que no futuro possam se posicionar como profissional, e que o mais importante é a inserção de valores éticos e morais, no desempenho da atividade de qualquer profissional.

É bem verdade, que o Direito oferece soluções para as questões relativas à dimensão material do ser humano, que pode está nos direitos trabalhistas sociais etc. Todavia esse conhecimento teórico e prático, por si só, mostra-se insuficiente, porque dissociado da dimensão humana, dos sentimentos. Nesse sentido Alcântara,³⁵ afirma que:

a adoção de condutas inaceitáveis, muitas vezes, ocorre, porque o profissional não recebeu o conhecimento que poderia evitar o delito. Por isso, o ideal é que a ética pudesse ser ensinada ao longo de todo o curso de graduação, assumindo um caráter prioritário, buscando-se o ideal expresso pela máxima “instruir para não punir.” A educação ética pode enfocar na formação do estudante o desenvolvimento de um caráter particular. Pode unir forças a princípios humanitários e ser orientado na direção da formação de atitudes, valores, moral, desenvoltura e comportamento. De nada vale o conhecimento técnico apurado se não houver, ao mesmo tempo, o crescimento ético, através da retidão de consciência, sempre realçando a responsabilidade individual, social com uso da firmeza, da bondade humana e da prudência.

através da formação jurídica. Publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília-DF nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

³⁵ ALCÂNTARA, Maria G. dos Santos. **Ética e Currículo na Educação Jurídica.** Disponível em: [HTTP://www.PUC.PR.BR/eventos/educare/educare/2008/anuais/pdf/87_421.pdf](http://www.PUC.PR.BR/eventos/educare/educare/2008/anuais/pdf/87_421.pdf). Acesso em: 16 out. 2010.

Dessa forma, se perdurar, no ensino jurídico, a repetição automática da informação tradicional do Direito à forma, ou seja, às leis, dissociada da realidade dos fatos que está em constante transformação, desconectada dos sentimentos e valores humanos, não será possível avançar no ensino jurídico. Isso só será possível por meio da abordagem ética de modo que se possa sintonizar o conhecimento com o sentimento, evitando-se, dessa forma, a inversão dos valores, a falência da ética, evitando crescente violência e injustiça social.

Assim, se no decorrer do desempenho de sua atividade, o profissional enfrentar situações que colocam em choque princípios e convicções pessoais, o conhecimento da ética, aliados a uma personalidade bem formada e amparado nos preceitos éticos, servirá como suporte para que se possa estabelecer, sem conflitos maiores, os limites da sua atuação profissional.

Nesse contexto, mais uma vez é pertinente destacar o entendimento de Pasold ³⁶ no sentido de que a universidade deve se constituir num espaço de reflexão-ação, com importantes impactos para a transformação da realidade social.

Corroborando, Dornelles ³⁷ sustenta que

as escolas de Direito são o lugar privilegiado – não o único, no entanto – de criação, produção, reprodução e divulgação do saber jurídico”, com vistas a uma formação que leve os indivíduos a exercerem uma prática diferenciada na sociedade em que vivem.

3.2 Educação de qualidade: mínimo ético

A educação deve ser vista como a possibilidade de ajudar pessoas a terem mais oportunidades no futuro. Afinal de contas, muitos estudantes talvez possuam apenas este instrumento para dar esse suporte. Por isso, para ser um bom

³⁶ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasadas no seguinte artigo: PASOLD, Heinrich; MOSER, Giancarlo. **A formação ética: Independência e liberdade do advogado**. Disponível em: [HTTP://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5169](http://jus2.wol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5169). Acesso em: 23 out .2010.

³⁷ Professor da PUC – Rio: Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio (NDH/PUC-Rio); Membro da direção da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos – Pós-Graduação e Pesquisa).

As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasadas nos seguintes artigos: DORNELLES, João Ricardo W. **O ensino jurídico e os Direitos Humanos no Brasil**, in Direitos Humanos: um debate necessário (vol. 2). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; e DORNELLES, J.R.W. O Desafio de Educar para os Direitos Humanos. In Derechos Humanos para quien? Revista Novamérica nº 78, julho de 1998.

educador é necessário ser humano e jamais supervalorizar o intelecto e a razão em detrimento do amor e da emoção. Nesse sentido, Rios,³⁸ exprime com suficiente clareza o que é educação:

educação é transmissão de cultura, e em sua totalidade o fenômeno educativo possui o componente econômico (produção da vida material, parte do trabalho humano na sociedade); o componente político (poder que permeia as relações na educação); e o componente ético (valores que subjazem a prática dos educandos).

A educação no Brasil, porém, não tem sido das melhores, muito menos no aspecto ético, mostrando-se ao longo do tempo, inapta ao desenvolvimento de uma formação integral do ser humano. Nesse sentido escreve Nalini:

[...] Todos os males brasileiros residem na educação. Miséria, exclusão, corrupção, maltrato da coisa pública, destruição da natureza, violência, nada existe de ruim que não possa ser atribuível à falência do próprio projeto educativo de uma sociedade heterogênea.³⁹

Em que pese a força da afirmativa apresentada por Nalini, é de observar que as questões éticas ultrapassam os espaços escolares e situam-se na questão da sociedade primária vivida na primeira infância como destacam Berger e Luckman,⁴⁰ no seguinte trecho:

É importante destacar que a falência do projeto educacional brasileiro é, sem dúvida, o mais significativo indicador da falência ética, uma vez que a corrupção e as mazelas decorrentes desta, passam a ser assimiladas como naturais no seio da família. Frases emblemáticas vinculadas a personalidades políticas do país tornaram-se senso comum e passaram a reproduzir o ideal de vida pública, como “rouba, mas faz”, para identificar o político brasileiro fazedor de obras. O processo socializador se dá na infância (socialização primária) e na escola (socialização secundária). Estes processos estão intimamente interligados. Valores morais interiorizados nas relações familiares serão confirmados no processo educativo secundário. A ausência familiar e/ ou processos educativos ineficazes, enfermos, implicarão, sem dúvida, em graves reflexos na formação ético-moral.

Reforçando esta linha de pensamento, Nalini afirma:

As crianças precisam receber noções de postura compatíveis com as necessidades da convivência. Não é fácil treinar para a verdade, para a lealdade, para o companheirismo e a solidariedade a quem

³⁸ RIOS, T. A. **Ética e competência**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 26 e 30.

³⁹ NALINI, op. cit., p. 233-234

⁴⁰ BERGER, P. L. LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

nasce numa era competitiva, onde se deve levar vantagem em tudo. Uma sociedade enferma, a conviver tranquilamente com o marginalizado, a se despreocupar como idoso, a agredir a natureza e o patrimônio alheio, pode ser escola cruel das futuras. [...] Se a humanidade não se converter e não vivenciar a solidariedade, pouca esperança haverá de subsistência de um padrão civilizatório preservador a dignidade. [...] A melhor lição é o exemplo.⁴¹

Assim, educar com qualidade implica em interiorizar valores socialmente bons e úteis, calcado no respeito ao outro. Não é por outro motivo, a preocupação do mercado com a ética. Mesmo nas relações de produção e consumo, em que a competitividade é um dos valores básicos do capitalismo, os valores éticos assumem papel essencial nas relações de produção e troca. Lembremos aqui o princípio da boa-fé que rege as relações contratuais nos termos do Código Civil de 2002.⁴²

É essencial que essa educação seja de qualidade, qualquer que seja a profissão ou a especialidade. Assim, o estudo da ética é inerente aos profissionais do direito, como também dos demais profissionais, já que sem ela, não há que se falar em bons advogados, bons médicos, etc. O que pensar de um médico, um engenheiro, um arquiteto ou um advogado que passaram pela graduação preocupados tão somente em adquirir conhecimentos técnicos, descurando-se de valores sociais e éticos? Nesse contexto registre-se a advertência de Nalini:

Em todo o planeta, a experiência contemporânea constatou que os estudos universitários – sobretudo os do direito – não se mostram adequados às exigências ou profundidade. Contaminaram-se, substancialmente, de negligência ética. É o banco acadêmico a instância própria à transmissão dessa cultura comportamental cuja carência põe em risco a dignidade, senão a própria subsistência da profissão.⁴³

O ensino da ética é fundamental na formação dos profissionais das ciências jurídicas, já que as normas éticas constituem um conjunto de regras que visam alcançar a realização das funções do Direito e se justificam como instrumento para estabelecer as condições necessárias para que estes possam desempenhar bem a sua missão. Afinal de contas, nossa sensibilidade jurídica, nada mais é, do

⁴¹ NALINE, op. cit., p. 207

⁴² O art. 113 inova, ao dispor que “os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e o uso do lugar de sua celebração”. Novo Código Civil Brasileiro: Lei nº 10.46, de 10 de janeiro de 2002: Estudo Comparativo com o Código Civil de 1916, Constituição Federal, legislação codificada e extravagante. 3ª ed. ver. e ampl. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003, p. 118.

⁴³ Ibid., p. 73

que uma faceta da sensibilidade jurídica. Corroborando esse entendimento Ávila,⁴⁴ afirma que:

a formação ética deve constituir-se um espaço privilegiado na formação do bacharel em direito, mas que se aplica a todo profissional. O que se apresenta de forma evidente e clara é que a educação ética deve contribuir para a reflexão sobre os problemas sociais e mundiais, dentre eles, a desigualdade social, a fome, o meio ambiente, sob pena de desumanização do homem e destruição do planeta terra.

De outro lado, é cediço que as leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo, e as pessoas que dependem daquele profissional. Entretanto, há muitos aspectos não previstos especificamente, mas que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto. Assim, partindo-se do pressuposto de que a ética tem como precedente a preocupação com o outro, devendo existir um consenso mínimo entre os homens, de forma a lidar com os diversos problemas sociais contemporâneos. Agir corretamente na profissão significa dizer que o profissional, mais preocupado com os deveres profissionais, está preocupado com as pessoas. Esse entendimento é corroborado por Ávila, confira-se:

competição, violência, crime organizado são alguns dos temas emergentes na sociedade atual. Entretanto, faz-se necessário o enfrentamento desse quadro de desumanização para propor uma nova ética, esta fundada na colaboração. O progresso é desejável, mas este não pode sacrificar o homem e o planeta. A acumulação econômico-financeira em detrimento do caráter social do trabalho ou o desvio de verbas públicas não constituem valores a serem incorporados no processo socializador. Não há justificativa ética para o enriquecimento sem causa ou para o aumento da miséria dos outros seres humanos. A luta por igualdade, por distribuição igualitária de renda, por espaços de trabalho justos, constitui fundamentos da formação ética. É necessário reformar o pensamento. É necessário rever a forma e o conteúdo dos cursos e do ensino jurídico.

Além disso, acrescenta que a inclusão da disciplina Ética Geral e Profissional no currículo das Faculdades de Direito surgiu:

do reconhecimento de que os patamares de legitimidade das carreiras jurídicas, em virtude das denúncias disseminadas e ampliadas pela mídia, chegaram a níveis insuspeitados. para o profissional do direito. Assim, a formação ética deve permear todo o

⁴⁴ ÁVILA, Roney (org.) **Uma nova ética para o direito – abordagem holística**. 2. Ed. Florianópolis: Editora OAB/SC, 2002, p. 210

processo educativo e acompanhar a sua prática profissional: inicia-se na faculdade e perdura no tempo, na atuação profissional como advogado, juiz, promotor, procurador, defensor. Na graduação, pode estar em disciplina específica ou distribuído nos conteúdos práticos. O que importa é que seja explícita a formação ética.

O educador possui um papel fundamental na formação ética e moral dos estudantes. Devendo demonstrar aos alunos através de atos, postura, atitudes e valores universais que vale apenas vivenciar a ética. Se a instituição de ensino deixa de cumprir o seu papel nessa missão, a referência ética de seus alunos estará limitada à convivência humana que pode ser rica quando se trata de vivências pessoais, mas pode estar também carregada de desvios de conduta, pois quando os valores não são sistematicamente ensinados, podem ser encarados pelos alunos como simples conceitos abstratos. Sobre o papel do professor nesta missão, o referido autor afirma que:

no plano da motivação, cabe ao professor despertar no aluno a paixão pelo aprofundamento do tema através do contato construtivo e solidário com a realidade aplicando seus conhecimentos por meio de atividades reais e simuladas de prática jurídica. O estudo não tem sucesso sem o envolvimento e incentivo do professor, pois nem sempre o aluno consegue identificar sozinho o seu potencial.

O fato é que, se para a população em geral, a educação ética é necessária, para os profissionais do direito ela é obrigatória, e visando a que eles tenham sua conduta pautada no respeito à ética é importante que eles sejam formados num ambiente onde prevaleça o exemplo ético. Esse é o papel da universidade.

3.3 Breve histórico da formação moral na educação brasileira

A instituição escolar tem como tarefa específica, a socialização do conhecimento, por isso a discussão sobre a pertinência ou necessidade de incumbir-se também a formação moral de seus membros. Na história educacional brasileira, essa questão manifestou-se de diferentes maneiras em diferentes épocas.

Em 1826, ocorreu o primeiro projeto de ensino público apresentado à Câmara dos Deputados o qual previa que o aluno deveria ter “conhecimentos

morais, cívicos e econômicos”. Não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado, em 1909, a educação moral não apareceu como conteúdo, mas havia essa preocupação quando se tratou das finalidades de ensino. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário falava em “formação da personalidade integral do adolescente” e acentuação e elevação da “formação da espiritual, consciência patriótica e consciência humanista” do aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a “formação moral e cívica do aluno”. Em 1971, por meio da Lei nº 5.692/1971, instituiu-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), em seu título II, artigo 2º, afirma que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Verifica-se, portanto, uma preocupação com a dimensão moral da educação e uma intenção de contemplá-la nas propostas que se apresentam à sociedade. Como instituição especificamente destinada à educação, a escola deve empenhar-se na formação moral de seus alunos, embora não seja a única instituição social que participa dessa formação.⁴⁵

Diversos modelos foram propostos até chegar ao que está sendo preconizado atualmente. A primeira Lei de Diretrizes e Bases, introduzida por João Goulart, então Presidente do Brasil foi a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, com um longo trajeto, desde a chegada do texto à Câmara Federal até a sua aprovação, inovou o Ensino Nacional, descentralizando o ensino, onde aos governos estaduais coube o poder de legislar e organizar o seu sistema de ensino.

É de ressaltar que as diretrizes curriculares têm em mira fornecer as linhas gerais para os cursos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e criativa, segundo suas vocações, demandas sociais e mercado de trabalho, objetivando a formação de recursos humanos com elevado preparo

⁴⁵ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasados nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: www.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/transversais.pdf= Acesso em: 6 out 2010.

intelectual e aptos para o exercício técnico e profissional do Direito. Elas não constituem prescrições fechadas e imutáveis, mas parâmetros a partir dos quais os cursos criarão seus currículos, rompendo a concepção de que são compostos de uma variada relação de disciplinas e conteúdos como saberes justapostos ou superpostos e que não passam de repetição do já pensado.

A Lei nº 5.540/1968, introduziu mudanças nos termos das Resoluções 3/72 e 15/73, flexibilizando os cursos de graduação em Direito, todavia, mantendo vigente a Lei nº 4.024/1961, e as constantes da Lei nº 5.540/1968, no tocante a fixação dos currículos mínimos nacionais.

Para Ranieri⁴⁶, o texto da Portaria nº 1.886/94/MEC, que através de seus dezessete artigos fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, inovou o ensino jurídico, direcionando-o à realidade social, promovendo a interação dos conteúdos às atividades (teoria e prática), propondo a formação do senso crítico dos alunos uma vez que inaugurou um aprofundamento em áreas temáticas, incluindo a prática, a pesquisa e a ética como disciplina da filosofia, para o aluno que, até então ficava restrito a sala de aula.

Referida portaria foi utilizada como marco para a obrigatoriedade do estudo da ética, com a finalidade de consolidar postura que considere que “sua manutenção é fundamental dentre de uma proposta que visa a trabalhar competências e habilidades, tendo por base um perfil proposto para o formando.”

As instituições de ensino jurídico, atendendo a exigência da Portaria nº 1.886/1994, incluíram a ética em sua grade curricular, mas como uma única disciplina, que trata apenas da formação profissional. No entanto, tal matéria acaba por ensinar apenas a ética do advogado, baseada no Código de Ética da OAB, inclusive por ser esta disciplina exigida no exame de Ordem.

A concepção da transversalidade explícita nos parâmetros curriculares, diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma reflexão entre a aprendizagem dos conhecimentos teoricamente sistematizados, ou seja, aprender sobre a realidade das questões da vida real e sua transformação, vale dizer, aprender na realidade e da realidade. De modo que o ensino jurídico não pode se satisfazer com a simples e ingênua transmissão da chamada cultura jurídica

⁴⁶ RANIERI, Nina Beatriz. Educação Superior, Direito e Estado: **Na lei de diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996)**. São Paulo. Fapesp/Edusp. 2000

tradicional. Reforçando esse pensamento, Bitar⁴⁷ reconhece a importância do Código de Ética, contudo, ressalta que:

a ética não deve ser trabalhada apenas em uma única disciplina, de forma limitada, mas deve permear todas as disciplinas. Não é correto separar seu estudo do contexto das demais disciplinas que integram o currículo dos cursos jurídicos. Isso porque, as carreiras jurídicas, em sua grande maioria, são: profissões regulamentada, legalizadas, regidas por normas e princípios éticos, de modo que seu exercício, por envolver questões de alto grau de interesse coletivo, não são profissões de livre exercício, mas sim de exercício vinculado a deveres, obrigações e comportamentos regrados.

Corroborando, Ferreira e Andrade⁴⁸, enfatiza que todas as cadeiras do curso de direito deveriam inserir em seus programas, o estudo da ética de maneira transversalizada. “E o que motiva esta transversalidade é que Direito é uma área de saber intimamente ligada à ética e indissolúvel desta, até porque de nada adiantaria possuímos o direito e sua técnica se não agirmos estimulados pelo senso ético”.

Segundo os referidos autores, essa preocupação estava presente também nas Diretrizes Curriculares para o curso de Direito propostas em 2004, não apenas com inclinações curriculares para a área de filosofia, mas referindo-se também à ética profissional, direcionada para a área da regulamentação dos direitos e deveres dos diversos profissionais do direito. Esse modelo de ensino jurídico pretende combinar a formação geral, humanística, crítica e reflexiva com a formação profissionalizante e a prática jurídica⁴⁹.

Nota-se que o modelo de ensino jurídico introduzido pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito instituídas pela Resolução nº 9 de 24 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação, dá ênfase para uma formação mais humanística, já que no art. 5º, inclui o estudo da Ética no chamado Eixo Fundamental da sugerida organização curricular, que contempla a transversalidade que tem o objetivo de integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber.

⁴⁷ BITTAR, Eduardo C.B. **O direito na pós-modernidade**. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2005.

⁴⁸ FERREIRA, Débora Nitz e ANDRADE Thaís Machado de. **A transversalização da ética nos cursos jurídicos**. Disponível em: [HTTP://compedi.org.BR/Manaus/arquivos/anais/manais/ensino_jur_Débora_ferreira_e_Thais_de_Andrade.pdf](http://compedi.org.BR/Manaus/arquivos/anais/manais/ensino_jur_Débora_ferreira_e_Thais_de_Andrade.pdf). Acesso em 30 out 2010.

⁴⁹ O novo currículo e as tendências do ensino jurídico no Brasil: das desilusões críticas às ilusões paradoxais. In: OAB, Ordem dos Advogados do Brasil. **OAB Ensino Jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

Ainda, sobre a referida transversalidade, Dornelles⁵⁰ ressalta que:

A ética, na perspectiva da filosofia deveria estar presente em todas as disciplinas e não em uma disciplina isolada que restringisse sua abordagem e posturas e procedimentos. Essa posição se mostra relevante pelo fato de que muitos graduandos em Direito serão os profissionais que amanhã atuarão na esfera dos Três Poderes e nessa posição social-profissional poderá atuar em um amplo leque de possibilidades, como juízes, promotores de justiça, advogados, delegados de polícia, políticos, tabeliães, procuradores do Estado, dentre outros, de tal forma que suas ações poderão interferir de modo significativo na Sociedade. Esses aspectos referendam e justificam a posição de que a ética deverá permear toda a formação do graduando para que se consolide uma base teórica e um referencial de comportamento que se pautem pela capacidade profissional de atuação reflexiva, crítica, comprometida com a vida, humanista voltada para o aprimoramento das leis e dos princípios e não como um ser que atue apenas com base no cumprimento de preceitos técnicos e práticos.

Essa linha de pensamento reforça a ideia do Direito como um processo dinâmico, cuja criação, interpretação e aplicação não podem ser desvinculadas da realidade social, nesse sentido, argumenta o referido autor que “os cursos de Direito não podem ficar restritos a uma exacerbação dogmática que cultua os códigos, as leis específicas, os regulamentos; fechados em uma cultura positivista, normativa, que está voltada para a manutenção do status quo, uma vez que a lei também pode ser instrumento para promover mudanças.”

Sobre as diretrizes para os cursos superiores, notadamente sobre o curso de direito, Salgado,⁵¹ afirma que:

nas novas diretrizes das políticas para os cursos superiores e, em especial, para o ensino jurídico, contidas no Parecer CNE/CES 146, aprovado em 3 de abril de 2002. Homologado em 9/5/2002 e publicado no Diário da União em 13/5/2002, é fácil observar que o perfil desejado para os alunos, egressos em Direito aponta, para uma formação que os tornem sincronizados a uma prática voltada para a dimensão ética, jurídica, política e cidadã. Por isso, a importância da incorporação pelos cursos de Direito da temática dos direitos humanos e da cidadania, na perspectiva de formação, de atores capazes de atuar nos distintos espaços sociais através de uma prática consciente e crítica.

⁵⁰ As ideias e conceitos utilizados nesta parte do trabalho foram embasadas nos seguintes artigos: DORNELLES, João Ricardo W. **O ensino jurídico e os Direitos Humanos no Brasil**, in Direitos Humanos: um debate necessário (vol. 2). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; e DORNELLES, J.R.W. O Desafio de Educar para os Direitos Humanos. In *Derechos Humanos para quien?* Revista Novamérica nº 78, julho de 1998.

⁵¹ SALGADO, Gisele. **Ensino Superior e a Faculdade de Direito**. publicado 26/6/2010. Disponível em: [HTTP://www.webartigos.com](http://www.webartigos.com). Acesso em: 23 out 2010.

A universidade, como instituição pela qual se espera que passem todos os membros a sociedade, coloca-se na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. Deve, portanto, assumir explicitamente o compromisso de educar seus alunos dentro dos princípios democráticos facilitando sua humanização. Nesse contexto, a referida autora ⁵² ressalta que:

é de fundamental importância para as universidades do país inteiro, especialmente as ligadas ao ensino jurídico, criar centros de reflexão acadêmica sobre a ética profissional, estimular a incorporação da disciplina ética aos currículos dos cursos de graduação; estimular a criação de cursos de pós-graduação em ética profissional em todos os níveis, desde a especialização passando pelo mestrado até o doutorado; criar linhas de pesquisa, desenvolver, metodologias, propostas de disciplina ética, conteúdo programático, no intuito de desenvolver políticas de ensino voltadas para a implementação do tema ética profissional.

O ensino da ética dentro do cenário das políticas educacionais, possui um importante papel da luta, se não pelo desaparecimento, pela minimização da corrupção que se multiplicou nos últimos tempos, causando insatisfação da sociedade em função das práticas de condutas antiéticas observadas setorialmente nos três Poderes, como doença aguda do capitalismo.

3.4 Situação atual do ensino da Ética nos cursos de graduação

Com o fito de desenvolver parte deste capítulo, foi feita uma pesquisa, em uma Instituição de ensino superior situada em Taguatinga/DF utilizando-se de um questionário composto de duas partes:⁵³ de identificação socioeconômica e de vivência de questões éticas. A primeira visou colher dados pessoais do estudante como: a idade, sexo, renda familiar, profissão e grau de instrução dos pais. Na segunda parte, foram inseridas perguntas abertas, que solicitavam ao aluno que expusesse uma situação problemática do ponto de vista ético e, em seguida, que descrevesse como reagiu, se recebeu apoio, se o caso foi discutido com alguém, etc. Ao final pediu-se ao aluno que oferecesse sugestões de questões ou temas que

⁵² SALGADO, Gisele. Pós-doutoranda em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da USP, doutora e mestre em Filosofia do Direito pela PUC-SP, especialista em Direito do trabalho e em Direito civil, bacharel em direito, história e filosofia.

⁵³ GUNTHER, H. **Como elaborar um Questionário**. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 1). Brasília, DF: UNB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

gostaria que fossem contemplados na disciplina ética e qual a importância dela continuar inserida na grade curricular dos cursos universitários.

Todos os estudantes, ao serem convidados a participar da pesquisa, foram esclarecidos detalhadamente sobre ela, incluindo o caráter anônimo das respostas, e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido ⁵⁴.

Houve boa adesão à pesquisa. Cento e vinte e oito alunos (71 do sexto semestre e 57 do décimo semestre) responderam ao questionário, o que correspondeu a 70% do total. A média de idade dos que cursavam o sexto semestre foi de 22 anos e entre os que cursavam o décimo semestre de 24 anos. Do total de participantes, 62 (48,4%) eram do sexo masculino e 66 (51,6%) do feminino.

Ao serem inquiridos sobre o desdobramento dos acontecimentos relatados, apenas 44,4% dos que informaram alguma situação tiveram a preocupação ou a possibilidade de discutir com outra pessoa o que haviam passado.

Entre as situações já vivenciadas pelos alunos, 36,1% retrataram situações em que o professor estava diretamente envolvido com os fatos geradores do relato do estudante ressaltando para o constante abuso de poder dos professores, principalmente, daqueles que são juízes, procuradores e promotores, bem como o protecionismo da Instituição em detrimentos do direito dos estudantes.

Afirmaram que não há como entender esse processo de formação em que o professor, que deveria estar orientando o estudante tanto nos aspectos técnicos como éticos, não está presente ou atento para discutir os aspectos éticos pertinente ao magistério, que dirá em relação aos conflitos éticos que os profissionais se deparam no exercício da profissão. Expressaram a falta que sentem de um espaço formal que discuta os problemas de ordem moral que eles vêm identificando, além de não reconhecerem em seus professores pessoas disponíveis a quem gostariam ou poderiam recorrer para discutir essas questões.

E por consequência, expressaram que o ensino da ética nos cursos de graduação é desnecessário para não dizer insignificante, principalmente quando o tema é abordado numa perspectiva teórica, pois os assuntos filosóficos não têm um caráter de praticidade, e por isso, desperta pouco interesse nos alunos, de forma que não é dada muita importância à referida disciplina.

⁵⁴ GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

As sugestões de temas a serem desenvolvidos na disciplina ética no curso de graduação, por sua vez, foram numerosas pediam a estrita correção entre os temas tratados em sala e o que eles estavam vivenciando em suas práticas. Os temas sugeridos para serem abordados em sala de aula são semelhantes às situações que eles próprios já vivenciaram em sua formação.

Ao serem inquiridos acerca da importância do ensino de valores morais e éticos, no curso de graduação, muitos estudantes responderam que o processo pedagógico se inicia na família e não na faculdade. Ou seja, o aprendizado de determinados valores, formação do caráter pessoal e capacidade para discernir o certo e o errado é adquirido na infância, a partir das informações, das ações e das condutas dos pais, parentes e amigos.

Não obstante, houve um consenso no sentido de que a orientação ética deve começar logo no primeiro ano do curso, sendo pertinente sua continuação nos semestres mais adiantados do curso, não devendo se restringir a um semestre do curso superior. Assim, o aprendizado deveria acontecer progressivamente do primeiro ao último semestre, complementado com a leitura de “casos problema” que são designados para facilitar o desenvolvimento de atitudes de responsabilidade do futuro profissional, de forma que ao final do curso os graduandos deverão possuir bons conhecimentos de ética, assim como as especialidades da profissão, permitindo um comportamento digno de um profissional que lida com vidas humanas e que se preocupa em aliviar o sofrimento e as angústias alheias.

De outro lado, analisando-se a ementa do plano de ensino da disciplina de Ética do curso de Direito de várias Instituições de Ensino Superior, notadamente, da mencionada Instituição situada em Taguatinga/DF, constata-se que o Ensino da ética no curso de Direito passa por um momento de transformação, mas ainda se baseia num olhar deontológico que prioriza o Código de Ética da profissão, embora necessário, não contempla as necessidades do ensino contemporâneo.

Quanto ao método utilizado para o ensino da ética, observou-se a inexistência de uniformidade por parte dos professores, ocorrendo diferentes formas de metodologia, variando de acordo com os interesses dos alunos e as condições de trabalho da faculdade. Entretanto, foi priorizado as atividades e o desenvolvimento de interação com os estudantes, criando situações-problema que estariam próximas à realidade, pois nestas circunstâncias as discussões seriam mais ricas, com a

tendência de maior participação possibilitando a construção do aprendizado dos alunos.

Observou-se, ainda, certa dificuldade na metodologia de ensino e de avaliação a ser adotada. Acredita-se que esta dificuldade deve ser causada pelo problema em medir o aprendizado de temas que não têm obrigatoriamente uma resposta correta, mas um conjunto de possibilidade e escolhas, por isso a forma dos professores avaliarem os estudantes é extremamente difícil e muito discutida, não havendo consenso. O fato é que sendo a ética uma disciplina independente, é necessário estabelecer critérios para avaliar aspectos cognitivos da capacidade dos alunos para resolverem problemas. Estes podem ser exemplificados como a habilidade de compreender conceitos, de construir argumentos racionais e de reconhecer questões morais.

CONCLUSÃO

O objetivo principal do deste trabalho foi avaliar o ensino da disciplina ética nos cursos de graduação, em especial do curso de Direito, investigando-se elementos que possam contribuir para a humanização dos profissionais, em especial, da carreira jurídica. Como questão norteadora foi categorizado o formato da transmissão deste ensino e seu entorno, através da visão dos atores sociais quem compõe o processo ensino-aprendizagem, assim como da análise dos documentos que consubstanciam a estrutura curricular.

Observa-se, no entanto, que apesar do modelo de ensino jurídico introduzido pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito instituída pela Resolução nº 9 de 24/9/2004, do Conselho Nacional de Educação, dar ênfase para uma formação mais humanística, o que se percebe na prática, é a repetição automática da informação tradicional do Direito, dissociada da realidade em transformação e desconectada dos sentimentos humanos, pois os aspectos metodológicos e pedagógicos dos cursos jurídicos atendem padrões tradicionais tecnicistas, mostrando-se inaptos para desenvolver uma formação integral do ser humano que mais preocupado com os deveres profissionais, deveria estar preocupado com as pessoas.

Considerando que é de suma importância lembrar que os alunos de hoje, serão os juristas de amanhã, atuando nas estruturas dos três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) que detém o comando da sociedade, a presente reflexão teve como finalidade demonstrar a importância do componente ético na formação desses profissionais, devendo a disciplina ética ser abordada com mais frequência nos cursos de graduação, notadamente, no curso de direito.

Constatou-se que a disciplina ética encontra resistência na faculdade, sendo subjugada a pequenas cargas horárias e não recebendo a necessária importância, porque se embasa em questões filosóficas, não rotineiras ao currículo da graduação em Direito.

Embora consciente de que há outros aspectos fundamentais para que ocorram mudanças nos atuais parâmetros de formação dos profissionais que possam repercutir nas práticas concretas, foi necessário iniciar esta reflexão, na qual

procurou-se destacar a importância da fundamentação ética no desenvolvimento de um projeto de vida e de trabalho orientado para o compromisso do profissional consciente com o seu papel na sociedade.

Assim, o objetivo do ensino da ética nos cursos superiores, não é apenas ensinar as normas que regem a profissão, mas sobretudo, formar profissionais mais humanos e formar profissionais com postura ética compatível com os elevados ideais da profissão, com vistas a evitar o baixo envolvimento pessoal no trabalho, funcionando como ponto de união entre um projeto pessoal e um projeto social, no sentido de pensar numa formação fundamentada numa perspectiva do trabalho para si e para o outro. Afinal de contas, é característica essencial da profissão, o espírito de serviço, de doação ao próximo, e de solidariedade.

O ensino da ética deve servir, não apenas para a aplicação e execução da compreensão crítica deontologia profissional, mas sobretudo, sintonizar o conhecimento técnico com o sentimento, facilitando a humanização do aluno, evitando a inversão de valores, a falência da ética, e evitando a crescente violência e injustiça social.

Além disso, o ensino da ética deve servir para discussão de dilemas éticos e morais contemporâneos, como a questão do suborno, fraude, corrupção etc. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para deslocar o debate sobre os rumos da educação do terreno econômico para o ético. Afinal, como diz o ditado popular, “não há vento que ajude um barco sem rumo”, e muito mais do que de recursos econômicos ou de sofisticados instrumentos tecnológicos, que fascinam e ofuscam as faculdades nesse milênio, é sobre os rumos da educação ética que seus profissionais precisam estar a debater.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Maria Goretti dos Santos – FURB. **Ética e Currículo na Educação Jurídica**. Disponível em: [HTTP://www.pucpr.br/eventos/educare/educare/2008/anuais/pdf/87_421.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educare/educare/2008/anuais/pdf/87_421.pdf). Acesso em: 16 out 2010.

BERGER, P. L. LUCKMANN T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

COSTA, M. E. B. Grupo focal. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 181-198.

DORNELLES, J. Ricardo W. **O Desafio de Educar para os Direitos Humanos**, in Derechos Humanos para quien? Revista Novamérica no. 78, julho de 1998.

DORNELLES, J. Ricardo W. **O ensino jurídico e os direitos humanos no Brasil**, in Direitos Humanos: um debate necessário (vol. 2). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. Ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 15, 2006.

GERARD, Marcelo. **Ética e direito: do racionalismo ao personalismo**. Jus Navigandi. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12845>

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUNTHER, H. **Como elaborar um Questionário**. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 1). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 6. Ed. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2002.

NALINI, J. R. **Ética geral e profissional**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

NALINI, J. R. **Ética geral e profissional**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. Jus navigandi, Teresina, ano 8, n. 299, 2 maio 2004. Disponível em [HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=51697](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=51697). Acesso em: 7 out 2010.

NEVES, Nedy Cerqueira. **Ética para os futuros médicos: é possível ensinar?** Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2006.

O Novo currículo e as tendências do ensino jurídico no Brasil: das desilusões críticas às ilusões paradoxais. In: OAB, Ordem dos Advogados do Brasil. **OAB Ensino Jurídico**: novas diretrizes curriculares. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

OAB, Ordem dos Advogados. **Ensino Jurídico**: parâmetros para elevação de qualidade e avaliações. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

PASOLD, Heinrich, MOSER, Giancarlo. **A formação ética: Independência e liberdade do advogado.**

PCNS: Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e Quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

RANIERI, Nina Beatriz. Educação Superior, Direito e Estado: **na lei de diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996)**. São Paulo, Fapesp/Edusp, 2000.

RIOS, T. A. . **Ética e competência**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994

RONEY, Ávila. **Uma nova ética para o direito – abordagem holística**. 2. Ed. Florianópolis: Editora OAB/SC. 2002, p. 210.

SALGADO, Gisele. **Ensino Superior e a Faculdade de Direito**: publicado 26/6/2010. Disponível em: [HTTP://www.webartigos.com](http://www.webartigos.com). Acesso em: 23 out 2010.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STUKART, Herbet Lowe. **Ética e corrupção**: os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial. São Paulo: Nobel, 2003.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado estudante, meu nome é Margareth Maria Silva Chaves Martins, desejo realizar uma pesquisa em sua faculdade para conhecer a importância do ensino da ética e dos valores morais na formação dos profissionais do campo das ciências jurídicas, tanto quanto outras questões pertinentes. Sua contribuição é fundamental para a obtenção de resultados que possam esclarecer pontos a serem melhorados na metodologia aplicada no ensino da referida disciplina.

1 – Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

2 – Renda familiar:

- ☐ 1 a 3 salários mínimos
- ☐ 4 a 6 salários mínimos
- ☐ 7 a 11 salários mínimos

3 – Idade:

- ☐ Entre 18 a 23 anos
- ☐ Entre 24 a 27 anos
- ☐ Entre 28 anos 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos
- ☐ Abaixo de 40 anos

4 – Grau de instrução da mãe:

- ☐ Fundamental
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

5 – Grau de instrução do pai:

- ☐ Fundamental
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

6 – Trabalha?

- ☐ NÃO
- ☐ SIM

7 – Residência própria?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

8 – Na ementa do planejamento de ensino da disciplina ética se mostra clareza quantos aos objetivos gerais e específicos que se quer chegar?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ ÀS VEZES

9 – Como você considera a metodologia utilizada em sala de aula para o ensino da disciplina ética?

- ☐ RUIM
- ☐ REGULAR
- ☐ MÉDIO
- ☐ BOM
- ☐ ÓTIMO

10 – É muito importante que a ética continue inserida na grade curricular como disciplina obrigatória.

- ☐ CONCORDO
- ☐ DISCORDO
- ☐ NÃO CONCORDO
- ☐ INDIFERENTE

11 – Você já se deparou com uma solução juridicamente correta, mas eticamente discutível?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ ÀS VEZES

12 – Acrescente aqui alguma ideia ou sugestão que você teria para melhorar a metodologia de ensino, bem como de avaliação da disciplina ética:

.....
.....

13 – A conduta dos atores que envolvem o ensino aprendido é coerente com conteúdo abordado em sala de aula?

- ☐ QUASE NUNCA
- ☐ ÀS VEZES
- ☐ QUASE SEMPRE
- ☐ SEMPRE

14 - A carga horária ministrada para na disciplina ética é suficiente?

- ☐ CONCORDO
- ☐ DISCORDO
- ☐ NÃO CONCORDO E NEM DISCORDO
- ☐ INDIFERENTE

15 – Durante a aula de ética ocorre discussões sobre dilemas éticos e morais, como: fraude, suborno e corrupção?

- () QUASE NUNCA
 () ÀS VEZES
 () QUASE SEMPRE
 () SEMPRE

16 – Qual o objetivo do ensino da ética no curso de graduação mais importante?

- () Formar profissionais mais humanos
 () Formar profissionais com postura ética
 () Ensinar as normas que regem a profissão

17 – Na sua opinião a corrupção tem relação com a falta de ética?

- () CONCORDO
 () DISCORDO
 () NÃO CONCORDO E NEM DISCORDO
 () INDIFERENTE

18 – Na sua opinião a disciplina ética deve ser ministrada

- () No final da formação acadêmica
 () No início da formação acadêmica
 () Durante toda a formação acadêmica
 () Na metade da formação acadêmica

19 – Exponha uma situação problemática vivenciada do ponto de vista ético. Como você reagiu e se comentou com alguém?

.....

20 – Acrescente aqui alguma sugestão de temas éticos a serem abordados em sala de aula:

.....

21 – Você acredita que o ensino da ética como disciplina obrigatória pode influenciar de alguma forma em suas relações, sejam profissionais ou pessoais? Como se daria isto?

.....

22 – Durante a aula de ética você vê alguma relação entre os temas abordados e a realidade vivenciada no seu cotidiano? Como?

.....
